

**Travessia Securitizadora de Créditos
Financeiros XXV S.A.**

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Com relatório de revisão dos auditores independentes

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”)**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Realização dos direitos creditórios

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos de Instituições Financeiras e/ou Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), os quais são destinados à aquisição de créditos financeiros originados de operações de crédito inadimplidas adquiridas e/ou renegociadas. O saldo desses direitos creditórios em 31 de dezembro de 2023 montava em R\$ 697.669 mil. Devido à natureza desses direitos creditórios, os valores realizados podem diferir dos constantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Nossa Opinião não está modificada a cerca deste assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2024.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Muraio

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Baker Tilly 4 Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	288.666	75.654
Impostos a recuperar	5	9.592	717
Total do ativo circulante		298.258	76.371
Ativo não circulante			
Recebíveis	4	697.669	406.875
Total do ativo não circulante		697.669	406.875
Total do ativo		995.927	483.246

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	6	60	1.008
Obrigações tributárias	7	777	247
Partes relacionadas		1	-
Total do passivo circulante		838	1.255
Passivo não circulante			
Debêntures	8.2	995.088	481.990
Total do passivo não circulante		995.088	481.990
Patrimônio líquido			
Capital social	9.1	1	1
Total do patrimônio líquido		1	1
Total do passivo e patrimônio líquido		995.927	483.246

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Demonstrações do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	De 17/03/2022 a 31/12/2022
Receta líquida	11	710.378	101.208
Custo dos serviços prestados	12	(739.891)	(101.739)
Prejuízo bruto		(29.513)	(531)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(21.473)	(3.166)
Despesas Tributárias	14	(198)	(160)
		(21.671)	(3.326)
Resultado operacional		(51.184)	(3.857)
Receitas financeiras	15.1	51.184	3.862
Despesas financeiras	15.2	-	(5)
Resultado financeiro		51.184	3.857
(=) Resultado antes das provisões tributárias		-	-
Resultado do exercício		-	-
Prejuízo básico por ação - Reais		0,00000	0,00000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>De 17/03/2022 a 31/12/2022</u>
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos iniciais		-	-	-
Integralização de capital	9.1	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Resultado líquido do exercício	9.1	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>De 17/03/2022 a 31/12/2022</u>
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Custo s/ Carteira de Créditos	407.566	55.125
Prêmio das debêntures	213.098	37.490
Aumento/(redução) no ativo:		
Direitos realizáveis	(698.360)	(462.000)
Impostos a recuperar	(8.875)	(717)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(948)	1.008
Obrigações tributárias	530	247
Partes relacionadas	1	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(86.988)</u>	<u>(368.847)</u>
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	-	-
Das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	1
Debentures	300.000	444.500
Fluxo de caixa proveniente das / (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>300.000</u>	<u>444.501</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>213.012</u>	<u>75.654</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	75.654	-
No final do exercício	288.666	75.654
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>213.012</u>	<u>75.654</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A. (“Companhia”)**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 17 de março de 2022.

O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00, (ii) A emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) A realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída para adquirir e securitizar créditos financeiros inadimplentes oriundos de Intuições Financeiras e/ou de Fundos de Investimentos em Direitos e Creditórios (FIDC), que se encontram em processo de cobrança judicial.

Em 28 de março de 2020, a Companhia formalizou um instrumento jurídico para aquisição destes créditos financeiros, emitindo e integralizando 332.000 (trezentos e trinta e duas mil) quantidades de debêntures, no montante de R\$ 332.000 (trezentos e trinta e dois milhões de Reais).

Em 30 de junho de 2020, a Companhia realizou a 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

No âmbito da 2ª Emissão, foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, no montante total de R\$ 500.000 (quinhentos milhões de Reais).

O valor Nominal das Debentures, das duas emissões, não é objeto de atualização e nem de remuneração. As Debentures farão jus a um prêmio de performance, avaliado por um comitê de gestão.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de março de 2024.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um <i>Sale and Leaseback</i> (Transação de venda e retroarrendamento).	Alterações para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	01/01/2024
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante.	(equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro e doze meses.	01/01/2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores	Alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos conta movimento	18	3
Aplicações financeiras (i)	288.648	75.651
Total	288.666	75.654

- (i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa média mensal de 100% do CDI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios

a) Descrição dos direitos creditórios adquiridos

Os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos de Instituições Financeiras e/ou Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), cedidos para a Companhia por meio do Contrato/Termos de Cessão.

Os recursos oriundos da Emissão serão destinados para aquisição de Créditos Financeiros originados de operação de créditos inadimplidos adquiridos e/ou renegociados.

b) Composição dos recebíveis

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo a seguir representa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Anterior	406.875	-
Carteira de crédito	698.360	462.000
Baixa do custo sobre créditos realizados (Vide Nota Explicativa 12)	(407.566)	(55.125)
Total	697.669	406.875

c) Aval

Os Direitos Creditórios foram cedidos sem coobrigação para Companhia, portanto não contam com Aval ou fiança.

d) Cessão fiduciária dos recebíveis

A Companhia vinculou os direitos creditórios ao pagamento das debentures, cedendo ao Agente Fiduciário, todos os direitos e obrigações presentes e futuras dos créditos, desde o início da operação. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve qualquer evento de pré-pagamento.

e) Regime fiduciário

Não foi instaurado o regime fiduciário visto que a operação é uma securitização financeira. A performance das Debêntures está atrelada a performance do lastro.

f) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

Não se aplica. Por se tratar de uma operação cujo lastro é NPL, os créditos já se encontram inadimplidos e em processo de cobrança/ judicial.

g) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores

Os eventos de pré-pagamento podem ocorrer por antecipação de valores pelos devedores da operação ou por gatilhos de amortização estabelecidos na Escritura de Emissão.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios--Continuação

h) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira

Incluindo, a metodologia adotada pela emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios.

- **Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios:** São aquelas em que a operação adquire substancialmente todos os riscos de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão incondicional de direito creditório incluindo o direito de vendê-lo pelo valor justo, em sua totalidade, de forma autônoma e sem imposição de restrições adicionais à operação de venda; e Cessão de direito creditório em conjunto com opção de revenda pelo valor justo no momento da revenda.

- **Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios:** São aquelas em que a operação não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão de direito creditório em conjunto com compromisso de revenda do mesmo ativo a preço fixo ou preço de compra adicionado de qualquer rendimento.

i) Provisão para Dação em Pagamento

A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da Securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo ativo total da companhia (caixa existente para a proteção dos investidores, fundo de reserva e carteira líquida), e pelos valores líquidos das debentures e outras obrigações existentes nesta transação.

5. Impostos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo negativo IRPJ	9.577	702
Contribuições e Impostos a Compensar	15	15
Total	9.592	717

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023, referem-se aos montantes a pagar para os prestadores de serviços e consultoria no montante de R\$ 60 (R\$ 1.008 em 2022).

7. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS	647	85
IRRF/PIS/COFINS/CSLL	130	162
Total	777	247

8. Debêntures

8.1. Condições da escritura

De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de R\$ 2.000.000 (bilhões de Reais) com a integralização de 2.000.000 (milhões) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo:

A 1ª Emissão será composta por 2.000.000 (duas milhões) de Debêntures;

a) Remuneração

O valor Nominal das Debentures não é objeto de atualização e nem de remuneração. As Debentures farão jus ao um prêmio de performance que será avaliado por comitê de gestão.

A liquidação dos juros e principal ocorre somente no vencimento, após um período de carência de 240 meses, contados da de emissão das respectivas emissões.

b) Risco de crédito

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora.

c) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.1. Condições da escritura--Continuação

d) Dação em pagamento

Na hipótese de não pagamento dos Créditos Financeiros adquiridos pela Emissora que constituem o Lastro das Debêntures, conforme descrito na Cláusula 3.6 acima, até a Data de Vencimento das Debêntures, a Emissora deverá comunicar a ocorrência do evento ao Agente Fiduciário, qual seja, o não pagamento dos Créditos Financeiros, e prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. O Agente Fiduciário deverá adotar todas as medidas que sejam determinadas pelos Debenturistas, em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, para fins de recuperação dos Créditos Financeiros em caso de inadimplemento, o que poderá incluir, entre outras medidas: (i) a cobrança judicial ou extrajudicial dos respectivos Créditos Financeiros não pagos; (ii) a alienação dos respectivos Créditos Financeiros não pagos; (iii) o Vencimento Antecipado das Debêntures, a Amortização Extraordinária ou o Resgate Antecipado das Debêntures mediante a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora, no limite e na proporção dos seus créditos, dos respectivos Créditos Financeiros não realizados nos respectivos vencimentos; (iv) aguardar o pagamento dos Créditos Financeiros não realizados e dos demais valores devidos aos Debenturistas; e (v) o exercício de quaisquer outros direitos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, conforme o caso. Para fins de clareza, caso seja declarado inadimplência das Debêntures, ocorrerá a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Emissora, no limite e na proporção dos seus créditos, dos respectivos Créditos Financeiros não pagos nos respectivos vencimentos. Em caso de dação em pagamento dos Créditos Financeiros, a dação em pagamento será fora do âmbito da B3.

8.2. Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Anterior	481.990	-
1ª Emissão de Debentures - 1ª Série	300.000	444.500
Prêmios a pagar (i)	213.098	37.490
Total	995.088	481.990

- (i) O saldo de prêmios a pagar com debenturistas corresponde ao resultado acumulado da operação, os quais serão pagos aos debenturistas ao término da operação.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A., em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 10 de março de 2022 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas.

9.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

9.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

10. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2023 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

11. Receita líquida

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

Descrição	31/12/2023	De 17/03/2022 a 31/12/2022
Receita deságio sobre carteira de crédito	716.562	101.657
PIS e COFINS	(6.184)	(449)
Total	710.378	101.208

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Custos dos serviços prestados

Descrição	31/12/2023	De 17/03/2022 a 31/12/2022
Custo de aquisição de carteira (Vide Nota Explicativa 4.b)	(407.566)	(55.125)
Gestão de carteiras	(438)	(287)
Banco liquidante, escriturador, Custo B3	(275)	(161)
Escrituração de emissões	-	(12)
Agente fiduciário	-	(30)
Consultoria (a)	(118.459)	(8.589)
Prêmios a pagar (b)	(213.098)	(37.490)
Cartório	(45)	-
Assembleia	(4)	-
Serviços de Engenharia	(6)	-
Análise de rating	-	(45)
Total	(739.891)	(101.739)

(a) Referem-se a prestação de serviço na recuperação dos créditos da carteira de recebíveis;

(b) Referem-se ao resultado do exercício da operação, os quais serão pagos aos debenturistas ao término da operação.

13. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2023, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	De 17/03/2022 a 31/12/2022
Assessoria contábil	(164)	(694)
Honorários advocatícios	(19.176)	(1.979)
Serviços de informações	-	(20)
Anúncios e publicações	-	(14)
Cartório	(915)	(459)
Consultoria	(1.201)	-
Viagens e estadias perícia	(11)	-
Outras despesas	(6)	-
Total	(21.473)	(3.166)

14. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, as despesas tributárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	De 17/03/2022 a 31/12/2022
Outras Taxas Contribuições e Impostos	-	(155)
Tributos Federais	(5)	(4)
Tributos Municipais	(193)	(1)
Total	(198)	(160)

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Receitas e despesas financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

15.1. Receitas financeiras

Descrição	31/12/2023	De 17/03/2022 a 31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras	51.184	3.862
Total	51.184	3.862

15.2. Despesas financeiras

Descrição	De 17/03/2022 a 31/12/2022
Juros pagos ou Incorridos	(5)
Total	(5)

16. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

17. Relação com auditores

A Empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

18. Eventos subsequentes

O Conselho Monetário Nacional (“CMN”) divulgou no Diário Oficial da União, em 2 de fevereiro de 2024, a Resolução 5.118 (alterada pela Resolução CMN n. 5.121/2024), que trata do lastro dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”) e Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”) emitidos por companhias securitizadoras. De maneira ampla, houve uma diminuição nos tipos de lastro que podem ser utilizados para a emissão desses certificados de recebíveis.

O que está determinado nas resoluções não terá efeito sobre as transações em que os títulos já tenham sido emitidos, nem sobre as ofertas públicas de distribuição cujo registro tenha sido requerido na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) antes da publicação das resoluções. Contudo, as novas normas serão válidas para as ofertas de CRI e CRA que tenham suas datas de vencimento adiadas.

Dentro do que é estabelecido, as resoluções determinam que os CRAs e CRIs não devem ter como lastro títulos de dívida emitidos por Companhias abertas ou partes relacionadas à Companhias abertas, a menos que o principal setor de atividade da Companhia aberta seja imobiliário ou do agronegócio, dependendo do caso, para os CRIs ou CRAs, respectivamente.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e para o período de 17 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Eventos subsequentes--Continuação

Seguindo o que está estabelecido, o termo "segmento predominante" de uma Empresa será aquele que contribui com mais de dois terços do total de sua receita consolidada, conforme o registrado nas respectivas demonstrações financeiras do ano anterior.

Desta forma, a partir de 02 de fevereiro de 2024, apenas companhias relacionadas diretamente com o agronegócio ou o mercado imobiliário têm permissão para emitir esses papéis de renda fixa. Fica proibida a emissão de CRIs e CRAs que tenham como garantia títulos de dívida emitidos por empresas de setores distintos, como o de saúde, varejo e locação de veículos, que, nos últimos anos, se beneficiaram da possibilidade de se encaixar com os recursos provenientes desses papéis para realizar a emissão de CRIs e CRAs.

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adota o conceito de "partes relacionadas" conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico 5 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual define como partes relacionadas àquelas em que: Uma controla a outra, de forma direta ou indireta; Existe controle comum; Uma demonstra interesse na outra e tem influência significativa; ou Pessoas chave da administração da entidade ou da controladora, bem como membros próximos da família de qualquer indivíduo que seja parte relacionada.

As resoluções também determinam que os CRAs e CRIs não podem ter como lastro títulos de dívida de instituições financeiras ou entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou suas partes relacionadas. De acordo com o artigo 3º, inciso II dessas resoluções, os CRAs e CRIs também não podem ser: baseados em direitos creditórios resultantes de transações entre partes ligadas; ou Originados de operações financeiras cujos fundos sejam utilizados para reembolsar despesas.

No que se refere ao último ponto, apesar da redação das resoluções levantar questões ao mencionar "operações financeiras" - um termo amplo e não definido nas resoluções, a interpretação do regulamento indica que a estruturação de emissões de CRIs e CRAs, cujos direitos de crédito tenham como lastro dívidas destinadas, em parte ou no todo, ao reembolso de despesas incorridas pelo devedor do lastro antes da emissão dos respectivos certificados de recebíveis (CRI/CRA de reembolso) está proibida.

Por fim, é importante ressaltar que a administração da Companhia está atenta às mudanças regulatórias e de mercado, buscando sempre estar em conformidade com as novas normas e adaptar suas estratégias conforme necessário. A Resolução CMN n. 5.118 (alterada pela Resolução CMN n. 5.121/2024) representa uma dessas mudanças significativas, impactando diretamente a emissão de CRIs e CRAs e exigindo uma revisão cuidadosa das práticas e políticas corporativas relacionadas a esses instrumentos financeiros.